

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.057 - PR (2019/0314463-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : M L B**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial em face de acórdão assim ementado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 334, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. DESCAMINHO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DESNECESSIDADE. LAUDO MERCEOLÓGICO. PRESCINDIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA ADEQUAÇÃO SOCIAL, OFENSIVIDADE E IRRELEVÂNCIA PENAL DO FATO. INAPLICABILIDADE. MATERIALIDADE, AUTORIA E DOLO COMPROVADOS. CONDENAÇÃO MANTIDA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. QUANTIA MANTIDA. EXECUÇÃO IMEDIATA. DESPROVIMENTO.

1. No descaminho, a consumação do delito se dá com a entrada ou saída da mercadoria no território nacional sem o pagamento dos tributos devidos ou, ainda, sem documentação que comprove a regular importação. Hipótese em que é irrelevante a constituição definitiva do crédito tributário.
2. No âmbito desta Corte, é pacífico o entendimento de que, para a caracterização do delito de contrabando ou descaminho, o auto de infração e apreensão de mercadorias é documento suficiente para comprovar a materialidade delitiva, sendo prescindível a juntada do laudo pericial e do laudo merceológico para que a ação tenha prosseguimento.
3. Não se deve considerar socialmente adequada a prática do delito de descaminho, a qual lesa o erário e a economia, tampouco inofensiva, porquanto atinge o bem jurídico tutelado pelo tipo penal.
4. Comprovadas a materialidade e autoria delitivas, bem assim o dolo do agente, sendo os fatos típicos, antijurídicos e culpáveis e inexistindo causas excludentes, mantém-se a condenação do réu pela prática do crime de descaminho.
5. Presentes os requisitos exigidos pelo artigo 44, caput, diante da previsão contida no §2º do mesmo artigo do Código Penal, e considerando a manutenção da pena corporal em 1 (um) ano, 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, é devida a sua substituição pelas penas restritivas de direitos de prestação de serviços à comunidade e de prestação pecuniária, no valor de 8 (oito) salários mínimos vigentes ao tempo do pagamento.
6. O valor da pena substitutiva deve ser suficiente para a prevenção e reprovação do crime, de acordo com o delito praticado e com a situação econômica do réu, portanto, levando-se em conta tais premissas, como a declaração de renda mensal prestada pelo réu - não obstante tenha sido assistido

pela Defensoria Pública da União a significativa quantidade de produtos transportados, os quais chegam ao somatório de R\$ 53.465,79 (cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), bem como o fato de já ter cometido crime de descaminho anteriormente, mantenho a prestação pecuniária em 8 (oito) salários mínimos vigentes ao tempo do efetivo pagamento.

7. O enunciado sumular 122 deste Regional, aderindo à orientação do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292, Plenário, Relator Ministro Teori Zavascki, DJe 17-5-2016), entendimento confirmado no julgamento das medidas cautelares nas ADC 43 e 44 (05-10-2016), bem como reafirmado em sede de repercussão geral (ARE 964246 RG, Relator Ministro Teori Zavascki, DJe 25-11-2016), autoriza que a decisão de segundo grau irradie, integralmente, seus efeitos, é dizer, em toda a extensão do que tiver sido provido pelo julgamento, uma vez (a) decorrido o prazo para interposição de Embargos Infringentes e de Nulidade ou para oposição de Embargos de Declaração, nos casos em que esses forem cabíveis, ou (b) se tiverem sido apresentados tais recursos, (b.1) não forem admitidos pelo Relator, (b.2) assim que forem julgados.

8. Negado provimento ao apelo da defesa.

Sustenta a defesa contrariedade aos arts. 44, III, e 45, § 1º, do CP e ao art. 147 da Lei de Execução Penal. Aduz não ser razoável o valor fixado a título de prestação pecuniária, qual seja, 8 salários mínimos, argumentando que *a instância precedente não respeitou a necessária correspondência que deve existir entre a pena privativa de liberdade e a sanção substitutiva* (fl. 271). Alega, ainda, impossibilidade de execução provisória da pena restritiva de direitos antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Pugna pelo provimento do recurso, para reduzir o montante fixado a título de prestação pecuniária para valor mais próximo ao mínimo legal, bem como para determinar a suspensão da execução provisória das penas restritivas de direitos.

Contrarrazoado, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo provimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

O recorrente foi condenado, em primeiro grau, como incurso no art. 334, *caput*, do CP, à pena de 1 ano, 5 meses e 15 dias de reclusão, em regime aberto, substituída a pena corpórea por duas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas e prestação pecuniária no valor de 8 salários mínimos vigentes à época do pagamento (fl. 129).

O Tribunal *a quo*, por seu turno, negou provimento à apelação defensiva e determinou o início da execução provisória das penas.

No que se refere ao valor fixado a título de prestação pecuniária, colhe-se

do acórdão recorrido (fls. 248-249):

Quanto ao valor da segunda pena restritiva de direitos substitutiva em questão (artigo 43, inciso I, do Código Penal), cumpre referir que o julgador, entre os parâmetros estabelecidos pelo artigo 45, §1º, do mesmo diploma legal, deve considerar certos fatores, de modo a não tornar a prestação em pecúnia tão diminuta a ponto de mostrar-se inócua, nem tão excessiva de maneira a inviabilizar seu cumprimento.

Nessa linha, **tenho que tal prestação deve ser suficiente para a prevenção e reprovação do crime praticado, atentando-se, ainda, para a extensão dos danos decorrentes do ilícito e para a situação econômica do condenado, a fim de que se possa viabilizar seu cumprimento. Levando-se em conta tais premissas, como a declaração de renda mensal prestada pelo réu - não obstante tenha sido assistido pela Defensoria Pública da União -, a significativa quantidade de produtos transportados, os quais chegam ao somatório de R\$ 53.465,79 (cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), bem como o fato de já ter cometido crime de descaminho anteriormente, mantenho a prestação pecuniária em 8 (oito) salários mínimos vigentes ao tempo do efetivo pagamento.**

[...]

Saliento que poderá haver o parcelamento da referida pena restritiva de direitos, caso comprovada, perante o juízo da execução, a impossibilidade de seu pagamento em parcela única.

Nos termos do art. 45, § 1º, do CP, a pena privativa pode ser substituída por prestação pecuniária, sendo *indispensável a fundamentação no dimensionamento do quantum referente ao valor da prestação pecuniária, devendo se levar em consideração as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, bem como a situação econômica do paciente* (HC 354.491/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 13/06/2016).

No caso em exame, os fundamentos adotados não extrapolam a razoabilidade, porquanto, conforme consignado pelo acórdão, o valor foi fixado levando-se em conta *a declaração de renda mensal prestada pelo réu [...], bem como a significativa quantidade de produtos transportados, os quais chegam ao somatório de R\$ 53.465,79 [...], bem como o fato de já ter cometido crime de descaminho anteriormente* (fl. 248), atentando-se, assim, para a extensão dos danos decorrentes do ilícito e para a situação econômica do acusado.

Nesse contexto, o acolhimento da irresignação, com vistas à alteração do *quantum* fixado na origem a título de prestação pecuniária, demandaria necessário revolvimento fático probatório, o que não se admite na via do recurso especial, em

# Superior Tribunal de Justiça

razão do óbice da Súmula 7/STJ. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 12 DA LEI N. 10.826/03. CONDENAÇÃO. MULTA E PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ACUSADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RAZOABILIDADE. REDUÇÃO DO VALOR. REVERSÃO DO JULGADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Sendo os valores fixados como dias-multa e como prestação pecuniária devidamente motivados na condição econômica do acusado, não extrapolando a razoabilidade quando do cotejo da sua possibilidade financeira, a reversão do julgado necessitaria de incursão na seara probatória, vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 desta Corte.

2. Agravo regimental improvido (AgInt no AREsp 904.220/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE FURTO QUALIFICADO. QUANTUM DE REDUÇÃO. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ACUSADO. NECESSIDADE DE ANÁLISE APROFUNDADA DE PROVAS. SÚM. N. 7/STJ.

[...]

**III. A apreciação da situação econômico-financeira do acusado, indispensável para aferir a razoabilidade da quantia estipulada a título de prestação pecuniária, exige, igualmente, análise do conjunto probatório, providência incompatível com o recurso especial, conforme preceitua a Súmula n. 7/STJ.**

IV. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1012044/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 10/02/2017).

*Outrossim, nos termos do § 1º do artigo 45 do Código Penal, a finalidade da prestação pecuniária é reparar o dano causado pela infração penal, motivo pelo qual não precisa guardar correspondência ou ser proporcional à pena privativa de liberdade irrogada ao acusado (AgRg no REsp 1.707.982/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 27/4/2018). No mesmo entendimento:*

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 40 DA LEI 9.605/98. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. QUANTUM DE AUMENTO DA PENA-BASE PROPORCIONAL. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. QUANTUM DE REDUÇÃO DA PENA DEVIDAMENTE

# Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTADO. DESPROPORCIONALIDADE DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. VALOR FIXADO COM BASE NA CAPACIDADE ECONÔMICA DOS RÉUS. PLEITO DE REDUÇÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

6. Fixado o valor da prestação pecuniária com base na condição econômica dos réus, rever as conclusões das instâncias ordinárias sobre a matéria demandaria necessariamente nova análise do material fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 desta Corte.

7. Outrossim, "nos termos do § 1º do artigo 45 do Código Penal, a finalidade da prestação pecuniária é reparar o dano causado pela infração penal, motivo pelo qual não precisa guardar correspondência ou ser proporcional à pena privativa de liberdade irrogada ao acusado." (AgRg no REsp 1.707.982/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 27/4/2018).

8. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 760.286/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 11/06/2019)

Pondero, ainda, que, conforme ressalta o aresto, *poderá haver o parcelamento da referida pena restritiva de direitos, caso comprovada, perante o juízo da execução, a impossibilidade de seu pagamento em parcela única* (fl. 249).

Por fim, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do EResp 1.619.087/SC, na sessão de 14/06/2017, adotou a orientação quanto à impossibilidade de execução provisória das penas restritivas de direito, sendo indispensável, em tais casos, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, nos termos do art. 147 da Lei de Execução Penal.

Embora prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação, estando na pendência de recursos especial ou extraordinário, inviável a execução provisória de pena não transitada em julgado.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para obstar a execução provisória das penas restritivas de direitos até o trânsito em julgado da condenação.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

